

Madeira comanda negociações

Depois de sete meses sem um líder na Câmara, o presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem, por intermédio do porta-voz Sérgio Amaral, a escolha do deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP) para o cargo. A vaga estava aberta desde a morte do deputado Luís Eduardo Magalhães, em 21 de abril, vítima de um infarte. Madeira, reeleito com votação expressiva para mais um mandato, é o relator da reforma da Previdência, missão que aceitou em um momento difícil para os políticos: antes da eleição.

O deputado é considerado um bom negociador pelo Planalto — pela paciência para tratar de assuntos técnicos e pela capacidade de diálogo com os partidos de oposição. Durante a tramitação da reforma na Câmara, no entanto, sofreu derrotas. Algumas com impacto para os planos do governo de equilibrar as contas da Previdência, como a que permitiu aos servidores públicos continuarem a se aposentar com salário integral. A base governista não conseguiu aprovar a adoção de um redutor sobre as aposentadorias do setor público. Agora, Madeira terá que lidar com problema semelhante. No pacote fiscal que chega ao Congresso amanhã, o governo tenta reaver parte das aposentadorias do funcionalismo, cobran-

do dos inativos uma contribuição previdenciária.

Madeira assume com tarefas mais difíceis que a de relatar a reforma previdenciária. A coordenação da aprovação das medidas de ajuste fiscal vai exigir diálogo não só com a oposição, mas com a base governista que ainda sofre com o resultado das urnas. Antes do anúncio oficial, o pacote já sofre bombardeio de governadores eleitos e críticas de parlamentares. Mesmo aliados como o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), soltam farpas contra algumas medidas.

SURPRESA

Temer ficou surpreso com a mudança de rumo anunciada pelo secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, no domingo à noite, informando que o governo pensa em aumentar a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,20% para 0,35% ou 0,40%. Até o fim da semana, a tendência era a de cobrar 0,30%. “Já se espalhou muito que a elevação seria de 0,20% para 0,30%. Um aumento para 0,35% surpreende negativamente”, disse Temer.

As queixas em relação à CPMF já não eram poucas no Congresso e entre os empresários. A idéia de ter

uma alíquota ainda maior que a de 0,30% era vista com desconfiança até por integrantes do governo, que temiam o risco de haver a chamada “desintermediação financeira” — quando as pessoas deixam de usar os bancos para escapar do pagamento de tributos. Com alíquotas de 0,35% a 0,40%, o governo calcula arrecadar entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões com a CPMF. Ou seja, uma parcela importante no esforço de obter um superávit primário (receitas menos despesas excluída a conta de juros) de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999.

O possível aumento de 75% na CPMF também foi mal recebido pelo mercado. Como alguns políticos da base governista, os investidores não descartam a possibilidade de o aumento servir como moeda de troca na negociação com o Congresso, que terminaria por manter a proposta inicial, de 0,30%. De acordo com especialistas do mercado financeiro, um dos efeitos mais perversos do aumento da CPMF para 0,35% seria uma intensificação do movimento dos negócios em direção à Bolsa de Nova York. Cálculos feitos pelo diretor de Tesouraria do Credibanco, Paulo Oliveira, mostram que o investidor em ações vai pagar dez vezes mais de CPMF do que paga à Bovespa para entrar no mercado de ações.